

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE AGOSTO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos pra o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 09/99, autoria do Deputado Paulo Gorski, veto apostado ao Projeto de Lei nº 396/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra que especifica. RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 026/99.

Curitiba em, 13.01.99.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 283/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 396/98, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende, vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, em anexo, restrito a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 396/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a Associação Rodoviária do Paraná o lote de terra de sua propriedade, constante da transcrição nº 4.775, fls. 189 do livro 3-A, com área de 880,50m² (oitocentos e oitenta metros e cinquenta centímetros quadrados), assentado no Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição desta Capital, com Escritura Pública de Desapropriação Amigável lavrada de Notas nº 45, fls. 94, do Ofício de Notas desta Capital.

Art. 2º O imóvel que se refere ao art. 1º desta lei, será utilizado como sede da Associação Rodoviária do Paraná, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Rodoviária do Paraná fundada em 21 de março de 1958, é uma entidade civil de caráter exclusivamente filantrópica, que presta assistência social, recreativa e esportiva aos seus associados.

O quadro associativo, atualmente, é de 2.605 associados e seus dependentes. Destes associados, 923 são funcionários já aposentados.

Entre suas atividades essenciais, representa e assiste seus associados, funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado dos Transportes, através de:

- Casa Hospedes, na Capital, cujas instalações incluem 16 quartos com capacidade para 50 pessoas, equipada com sanitários coletivos (masculino e feminino), cozinha comunitária, sala de televisão, lavanderia com secadora e calandra, almoxarifado para a guarda de roupas de cama e mantimentos para os hóspedes. Esta Casa de Hóspedes acolhe funcionários do DER e SETR que trabalham no interior e que necessitem, bem como os seus familiares vir a Curitiba para tratamento de saúde e não disponham de recursos;

- Micro ônibus para o transporte dos hóspedes que necessitam de tratamento de saúde na capital;

- Salão social completamente equipado, que abriga promoções e eventos promovidos pela associação e associados;

- Colônia de férias no balneário de Guaratuba, com capacidade para 130 pessoas, dotada de restaurante, sala de TV, sala de jogos, residência de caseiro e estacionamento;

- Convênio com lojas, óticas, supermercados, vale-refeição, planos de saúde e distribuidora de medicamentos a preços especiais para associados;

- Restaurante para funcionários com preços abaixo dos praticados pelo mercado;

- Empréstimos pecuniários com recursos próprios para associados em dificuldades financeiras ou para tratamento de saúde;

Escritório que administra as atividades e mantém o controle e cadastro do quadro associativo.

Aprovar este Projeto de Lei é reconhecer que o objetivo filantrópico e social que originou a entidade vem sendo fielmente executado em conformidade com os dispositivos estatutários, e sobretudo, concorrer para a expansão dos serviços ora prestados aos associados e seus dependentes, considerando-se como tarefa do Governo, incentivar e promover toda e qualquer ação que beneficie instituições das quais emane o bem comum.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 09/99

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 396/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rodoviária do Paraná, o lote de terra que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o Veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (art. 71, § 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Augustinho Zucchi**)
(**Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do Deputado Augustinho Zucchi, anunciamos a presença do Sr. Ivo Bozzato, Alcenir Chaves e Pedro Martins, que nos honram com a sua presença.

Votaram 37 Srs. Deputados.

Pela manutenção do Veto - Sim! 29 (vinte e nove) votos;

Pela rejeição do Veto - Não! 07 (sete) votos;

Branco - (um) voto.

Está rejeitado o projeto e mantido o Veto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 437/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria diagnosticados precocemente, de conformidade com a Lei Estadual nº 8.627/87 e Portaria Ministerial 22/92. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 437/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria, diagnosticados precocemente, de conformidade com a Lei Estadual nº 8.627/87 e Portaria nº 22/92 do Ministério da Saúde, será assumido pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - O programa de atendimento dos pacientes incluirá o fornecimento de medicamentos necessários, bem como as providências para importação de leite especial para os casos comprovados de fenilcetonúria, durante o primeiro ano de vida da criança portadora.

Art. 3º - A distribuição de medicamentos e o fornecimento do leite especial será realizada pelos Postos de Saúde e Hospitais que se credenciarem junto a Secretaria de Estado da Saúde, mediante a comprovação do diagnóstico e após cadastramento do paciente e de seu respectivo responsável.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 008/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, altera a Redação da Resolução nº 017/93, autorizando a realização de plebiscito para a criação do Município de Ouro Verde do Sul através de desmembramento de parte territorial do Município Sengés. **Aprovado.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar na CIRETRAN de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 136/99

P A R E C E R :**1) Do Parecer:**

O presente Projeto de Lei sob nº 136/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia, que visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a implantação de uma Unidade do JARI (Junta Administrativa de Recursos e Infrações) junto ao CIRETRAN de Mar-

ingá. Na exposição de motivos o nobre Deputado faz referências à melhoria pretendida para o usuário afirmando que "a instalação de uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações em Maringá, além de dar mais condições aos usuários da região, com agilização dos processos de recursos e infrações, é fator preponderante para melhoria do trânsito da região e, conseqüentemente, de maior segurança para a população.

2) Do Voto:

Sob a ótica constitucional e legal não existe óbice para a tramitação do presente projeto de lei.

Voto favorável.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 136/99

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a implantar na CIRETRAN de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, entendemos tratar-se de proposta altamente significativa a implantação de uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI no Município de Maringá, que visa dar mais condições aos usuários da Região (sendo que hoje a CIRETRAN de Maringá atende 11 (onze) municípios), e com isso agilizar os processos de recursos e infrações.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 405/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Vila Romana, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 415/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Vila Romana, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 24 de agosto, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 366 e 376/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 136, 405 e 415/99.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Presidente Deputado Algaci Tulio, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Elio Rusch, Luiz Fernandes "Litro" e Luiz Carlos Zuk. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, informando aos Deputados que a secretária da Comissão tem recebido os resultados de processos licitatórios que são encaminhados pelos Órgãos Públicos, Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, na sua maioria, e que até o presente momento não recebeu qualquer solicitação para que a Comissão fiscalize com base nos arts. 33, I a IV e § 15, I a VI do Regimento Interno desta Casa de Leis, e que foi enviado aos órgãos públicos um ofício, através desta Presidência, comunicando das atribuições desta Comissão e solicitando para que os órgãos enviem seus balancetes e programas de obras, e a maioria deles tem feito, para que a Comissão possa analisar pela sua equipe técnica, representada aqui pela sua secretária Vanessa, com base na Lei Estadual nº 8358/86, e que não foi encontrada nenhuma irregularidade nas informações que chegaram até esta Comissão, bem como, que ninguém da sociedade solicitou qualquer apreciação, e que a Comissão permanece à disposição dos Senhores Deputados, dos órgãos públicos e da sociedade, que quiserem fazer solicitações e que a mesma continuará analisando as documentações que forem enviadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por eles, pelos Deputados presentes e por mim, Vanessa Massaro, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Vanessa Massaro - Secretária